



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181137 - PA (2021/0217385-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS - PA
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE CONTAGEM - MG
INTERES. : ROGERIO MARCAL DOS SANTOS
ADVOGADOS : LÍVIA RIBEIRO SILVA VILAS BOAS E OUTRO(S) - MG112786
GRAZIELE GLECIA RAMOS MOREIRA - MG120773
LUAN CARLOS DA SILVA CABRAL - MG132723
INTERES. : BANCO BRADESCO S/A

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS (PA), suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE CONTAGEM (MG), suscitado.

O objeto deste conflito é o processamento e o julgamento de ação de rescisão contratual com pedido liminar pendente de apreciação (fls. 10-20).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Verifica-se a existência de pedido de liminar sem a demonstração de que foi realizada sua apreciação pelo juízo. Em razão disso, é prudente a designação de um dos juízos envolvidos neste conflito para decidir as medidas urgentes.

Levando-se em conta que a discussão deste conflito refere-se à competência territorial e, por isso, relativa, parece incidir no caso a Súmula n. 33 do STJ, *in verbis*: "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".

Ante o exposto, designo o JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE CONTAGEM (MG), ora suscitado, para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes e decidir inclusive sobre o pedido de tutela de urgência postulado na inicial da ação de rescisão contratual, caso ainda não tenha sido examinado.

Comunique-se, ainda, ao Juízo suscitado para que preste as devidas informações, em 10 dias, nos termos do art. 954, *caput*, do Código de Processo Civil.

Dê-se ciência ao Juízo suscitante acerca do que foi aqui determinado.

Após, vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, sejam os autos conclusos ao relator (art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente